

O ENSINO DE GEOGRAFIA NA EDUCAÇÃO PARA JOVENS E ADULTOS (EJA): A PERSPECTIVA DOS ESTUDANTES DE TRÊS ESCOLAS MUNICIPAIS DO OESTE BAIANO

Maria Alice de Souza Bezerra¹
Emanuela Januario Gomes
Carla Thaís Nunes da Silva
Iann Dellano da Silva Santos

Orientadora: Anatólia Dejjane Silva de Oliveira

1. INTRODUÇÃO

Ao longo do tempo, a organização e a estruturação escolar passaram por mudanças, seja no foco ou no método de ensino, porém pouco se evoluiu diante das necessidades sociais. De certa forma, essas reflexões influenciaram e ainda influenciam muitas práticas de ensino. O sistema educacional vem passando por sérias dificuldades, tanto na qualificação dos profissionais, quanto na infra-estrutura oferecida aos estudantes, refletindo diretamente nos problemas sociais e na exclusão de muitos cidadãos que não tem ou não tiveram acesso e qualidade no ensino.

As difíceis relações entre escola e familiar são processos sócio-históricos que infelizmente tem se confrontado e acaba não atingindo o bem comum, a educação. O presente trabalho visa compreender o sentido do Ensino de Geografia nas escolas públicas do município de Barreiras-BA - para os estudantes que freqüentam a modalidade de ensino para Jovens e Adultos (EJA), aliados aos processos de ensino e aprendizagem.

Esse artigo é resultado de uma pesquisa realizada na disciplina de Didática e Práxis Pedagógica I e II. O nosso trabalho consistiu na seguinte metodologia: durante o desenvolvimento do primeiro componente curricular, fomos orientados para fazer observação em duas turmas de EJA que tivessem o mesmo professores durante uma carga horária de 16h. Nesse período acompanhamos todo o trabalho docente fazendo registros em fichas de protocolos, cujos conteúdos eram discutidos e ressignificados em nossas aulas de Didática. Além disso, analisamos o projeto político-pedagógico da instituição

¹ Estudantes do curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal da Bahia.

e identificamos que não havia sistematizado um plano de trabalho de geografia para a EJA.

Já em Didática e Práxis Pedagógica II, continuamos com as leituras, reflexões e discussões em todos dos elementos que compõem a docência e, ainda, com os dados das observações elaboramos um questionário que fora proposto aos estudantes com foco nos processos de ensinar e aprender geografia. Desse modo, este artigo apresentará essas informações a partir da leitura de quatro licenciandos em Geografia como uma possibilidade de qualificar nossos processos formativos enquanto estudantes da docência.

Por isso, reconhecemos que os processos de ensino e aprendizagem têm que ser considerados como ações concomitantes, não dissociadas e em constante construção, tanto por parte do estudante como por parte do professor. O diálogo é muito importante durante as trocas de informações aos quais, contribuem de forma direta no ensino e na aprendizagem, possibilitando também a valorização das diferenças e provocando o incentivo à quebra das desigualdades dentro do ambiente escolar.

A Geografia com o passar dos anos vem perdendo sua importância e identidade com intensidades diferentes no território brasileiro, dentro dos ambientes escolares para outras disciplinas consideradas como “mais importantes”, por parte dos educandos e dos educadores mesmo ela estando na grade curricular formal e de acordo a LDB/1996 como base curricular nacional, estando diferente em algumas especificidades a depender de cada realidade.

Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela (ARTIGO 26).

As disciplinas que compõem a base curricular comum são Língua Portuguesa, matemática, Ciências Naturais, História e Geografia. Para tanto a Geografia precisa ser considerada com o mesmo grau de importância que às demais. Pois esta se encontra imbuídas de conhecimentos necessários e básicos ao indivíduo, considerando todas as etapas de formação de conhecimento e desenvolvimento crítico.

O seu conceito e objeto de estudo da Geografia são considerados muito abrangentes dificultando, por vezes, o entendimento do que é Geografia.

(...) a Geografia como o estudo da superfície terrestre. Esta concepção é a mais usual, e ao mesmo tempo a de maior vaguidade. Pois, a superfície da Terra é o teatro privilegiado (por muito tempo o único) de toda a reflexão científica, o que desautoriza a colocação de seu estudo como especificidade de uma só disciplina. Esta definição do objeto apóia-se no próprio significado etimológico do termo Geografia- descrição da terra. Assim, caberia ao estudo geográfico descrever todos os fenômenos manifestados na superfície do planeta, sendo uma espécie de síntese de todas as ciências (...) (MORAIS, 2007, p. 31).

Moreira (2007) faz uma discussão acerca do conceito de Geografia parecida com a apresentada anteriormente:

(...) a Geografia apresenta-se como uma “ciência síntese”, participando de seu discurso os processos produtivos como a administração da natureza e dos homens, costurando a unidade da produção e do poder com os fios fornecidos precisamente pelas teorias que os geógrafos consideram estranhas ao seu poder (MOREIRA, 2007, p.18).

A Geografia é uma ciência que está ligada diretamente nos processos de vivência humana em sociedade bem como sua relação com a natureza. A mesma atribui seus estudos na sociedade e da natureza, num determinado espaço ao longo do tempo.

As concepções são várias, mas o fato é que a Geografia esteve ligada à instituição escola desde muito tempo, demonstrando a importância de se aliar ao senso geográfico comum que todos adquirem em sociedade, com o conhecimento científico abordado dentro das instituições de ensino.

As relações da Geografia com o ensino são íntimas e inextricáveis, embora pouco perscrutadas tanto pelos geógrafos como pelos estudiosos da questão escolar (VESENTINI, 1985, p.30).

A relação da Geografia com o ensino é antiga e pautada sob várias concepções de conteúdos e objetivos. A mesma, como dito anteriormente, está estabelecida na base curricular nacional sendo obrigatória em todos os níveis e modalidades.

Para o desenvolvimento dessa pesquisa foi utilizada a abordagem qualitativa do tipo estudo de campo, tendo como instrumentos de coleta de

dados a análise documental do projeto político-pedagógico (PPP), revisão bibliográfica, observações feitas em sala de aulas nas turmas de 5ª e 6ª e 7ª e 8ª (EJA) do turno noturno e o desenvolvimento de questionários com os estudantes das referidas turmas, tendo como foco principal a singularidade e a subjetividade.

2. A EJA, SEUS ESUDANTES E A ESCOLA

A escola adquiriu sentidos perante a sociedade, sejam eles interesses sociais, políticos, econômicos e/ou culturais. A educação formal no Brasil é considerada, segundo o artigo 2º da Lei Nº 9.394/96, como “[...] dever da família e do Estado, e tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. A educação é considerada formal devido à mesma possuir uma intencionalidade explícita, sendo sistematizada e regular tanto no que se diz respeito à sua forma e conteúdos. O sistema educacional brasileiro passou por diversas reformas desde a Constituição de 1934, porém a escola não pôde alcançar as mudanças na mesma velocidade em que elas foram ocorrendo.

Em determinados momentos históricos, as mudanças nas relações que os homens estabelecem com a natureza e os objetos são de tal ordem que a escola é praticamente impossível antecipar possibilidades. Isto porque, o sistema educativo e, nele, a escola não acompanha as mudanças no ritmo que ocorrem (PENIN e VIEIRA, 2002, p. 14).

Uma das mudanças que ocorreram na LDB/1996 se deu em relação à idade mínima e máxima à qual o Estado se responsabilizaria em oferecer o ensino gratuito. Atualmente, a idade mínima para o acesso a educação básica é de quatro anos e a máxima é de dezessete anos, para as crianças e tempo regular no sistema educacional. Percebendo o grande número de pessoas que não tiveram acesso ao ensino gratuito em tempo regular, criaram-se modalidades de ensino que ofertassem a educação básica a essas pessoas.

Um exemplo é a modalidade para jovens e adultos (EJA), citada no Art. 37, da LDB/1996, “a educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio

na idade própria”. Seguindo o artigo, o sistema assegura o ensino de forma gratuita para aqueles que não tiveram acesso aos estudos em idade regular, adequando às suas condições no estímulo e permanência sendo articulado com a formação profissional.

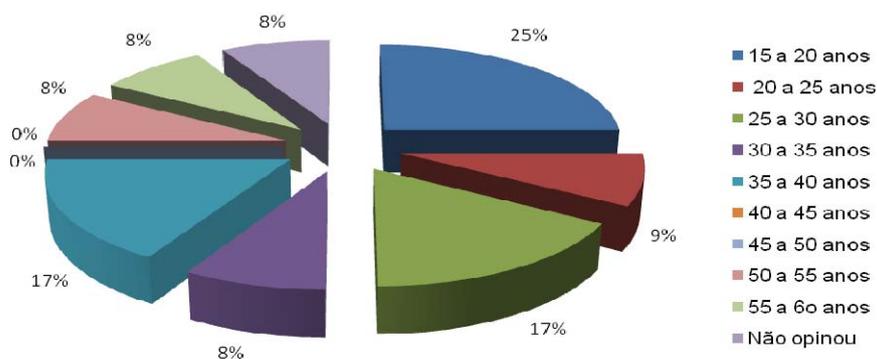
A EJA foi criada segundo Arelaro e Kruppa (2007, p.96):

[...] como “iniciativa” para resolver os problemas de distorção série/idade, projetos de regularização do fluxo escolar levados às últimas conseqüências não permitem mais a matrícula de nenhuma criança no ensino regular com mais de dois anos de defasagem idade-série “ideal”. Alguns sistemas educacionais vêm adotando, inclusive, a prática da matrícula compulsória de jovens maiores de 14 anos de idade, nessas modalidades de ensino fundamental, deixando o ensino regular, apenas, para aqueles considerados na “idade certa”, ou seja, de 7 a 14 anos [...]

As turmas acompanhadas durante as observações nas disciplinas Didática e Práxis Pedagógica I e II são da modalidade de Educação para

Jovens e Adultos (EJA). As idades dos estudantes das turmas são distintas. Na turma EJA II – Estágio IV (7ª e 8ª série 2) alguns estudantes não possuem idade adequada e na turma EJA II – Estágio III (5ª e 6ª série 1) a maioria dos estudantes não estão com a idade “regular”, sendo

IDADE DOS ALUNOS DA 5ª E 6ª SÉRIE



peças com idade avançada como pode ser visto nos gráficos abaixo:

O que leva estudantes jovens frequentarem a modalidade EJA? Por que uma grande quantidade de estudantes numa faixa etária de idade maior está matriculada na série antecedente aos mais jovens? Será que isso

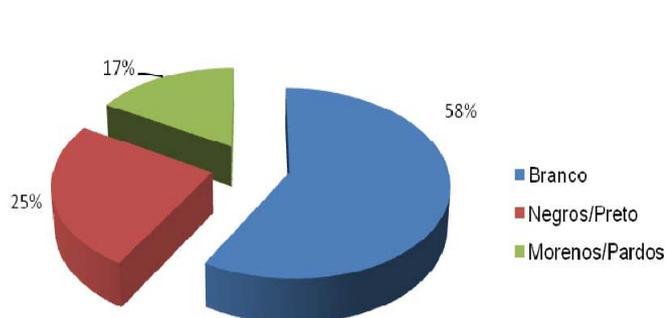
representa uma fuga do público diurno? Quais são os motivos para tal fenômeno? O que motiva o público adulto a freqüentar a escola?

A maioria dos estudantes se declarou brancos. Um fato interessante é que alguns estudantes não sabem distinguir cor de etnia, se assumindo “morenos” ao invés de pardos. Tendo um estudante que se declarou amarelo, porém na pesquisa de campo a partir das características do mesmo a realidade não condiz com a sua resposta.

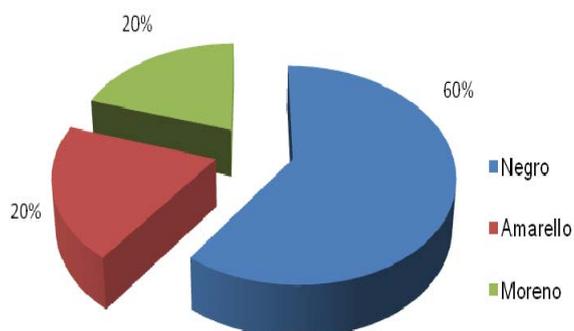
O ensino está tão precário a ponto dos estudantes não saberem identificar sua etnia? Nas observações identificamos que a maioria dos estudantes eram negros. Por que eles se declararam brancos? Será que questões etno-culturais não são discutidas pela Geografia e as demais disciplinas? Ou ainda, esses estudantes sofreram ou sofrem algum tipo de Bullying no ambiente escolar?

Segundo análise do projeto político-pedagógico (PPP) e o contato direto com os estudantes das escolas analisadas, apesar de uma escola se situar em um bairro onde os moradores possuem um nível econômico relativamente alto, os estudantes que estão matriculados na instituição são

ETNIA DOS ALUNOS DA 5ª E 6ª SÉRIE



ETNIA DOS ALUNOS DA 7ª E 8ª SÉRIE



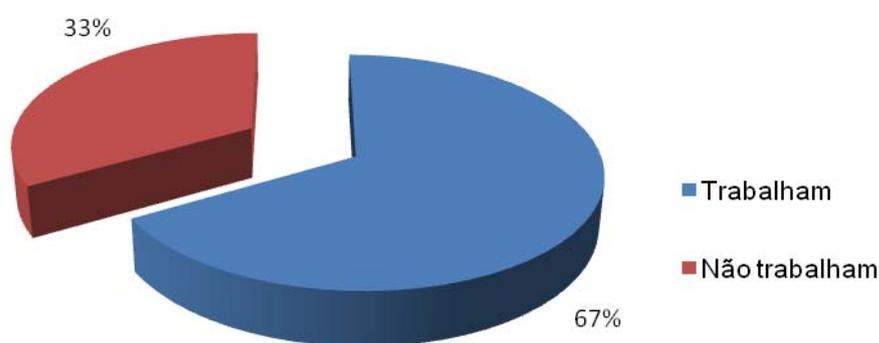
oriundos de outros bairros, bem como periferias e centro da cidade.

Na outra escola analisada a realidade não é diferente, porém ela se situa na periferia da cidade e o público atendido é originário da mesma. Quase todos advêm de famílias pobres, tendo que trabalhar em turno integral para ajudar no sustento da família.

É importante considerar, também, que outros estudantes apesar de não praticarem uma atividade remunerada nos turnos opostos ao que estudam muitos deles são pais ou mães de família, que se dedicam ao lar e ao sustento da mesma durante esse período.

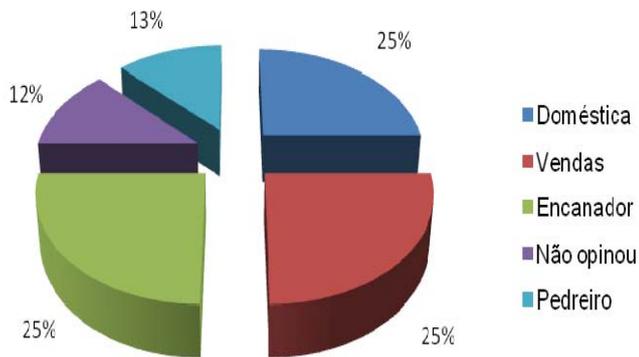
Os gráficos abaixo representam uma realidade distinta. Os estudantes da turma 1 são os que mais praticam atividade remunerada no turno oposto, explicando o motivo pelo qual os mesmos freqüentam a escola nesse período, podendo também justificar que eles não freqüentaram a escola no tempo regular devido às responsabilidades adquiridas com o passar do tempo.

ALUNOS DA 5ª E 6ª SÉRIE QUE PRATICAM ATIVIDADE REMUNERADA

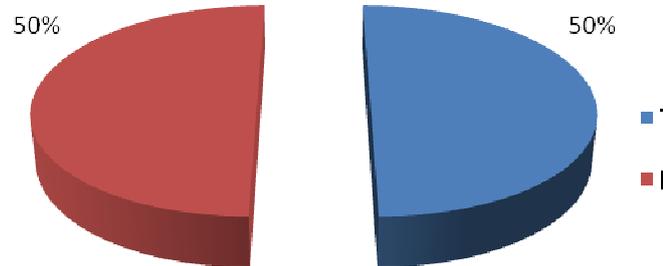


Em contrapartida, essa explicação não serve para justificar a freqüência dos estudantes da turma 2, pois os mesmos são jovens e a maioria não pratica nenhum tipo de atividade remunerada, exceto àqueles que ajudam suas famílias. O gráfico abaixo apresenta informações contraditórias (uma metade dos estudantes trabalham e a outra não) afirmadas acima, porém o contato direto com os mesmos e a pesquisa de campo permitiu detectar essa situação.

ATIVIDADES REMUNERADAS EXERCIDAS PELOS ALUNOS DA 5ª E 6ª SÉRIE



ALUNOS DE 7ª E 8ª SÉRIE QUE PRA ATIVIDADE REMUNERADA

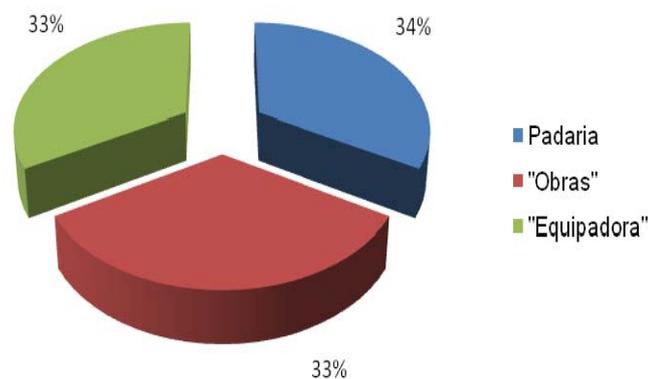


O que pode ser observado na pesquisa é o tipo de função que os estudantes ocupam durante o dia. Suas atividades exigem esforço físico, e, por consequência, ao chegarem à escola a maioria se encontra indisposto, o que gera o não rendimento nas aulas, onde as metodologias usadas em sala de aula pelos professores, por vezes, não levam em consideração a faixa etária e as atividades que esses estudantes praticam.

Os professores alegam que os estudantes não participam das atividades propostas em sala de aula, ou trabalham com as condições vigentes a essa realidade, produzindo atividades que não condizem como ideais para formação dos estudantes. Além disso, eles alegam cansaço físico e mental impossibilitando a não prática da leitura de textos tanto em sala e, principalmente, em casa. O que pode demonstrar essa realidade são as funções exercidas pelos estudantes que podem ser vistas nos gráficos abaixo:

ATIVIDADES REMUNERADAS EXERCIDAS PELOS ALUNOS DA 7ª E 8ª SÉRIE

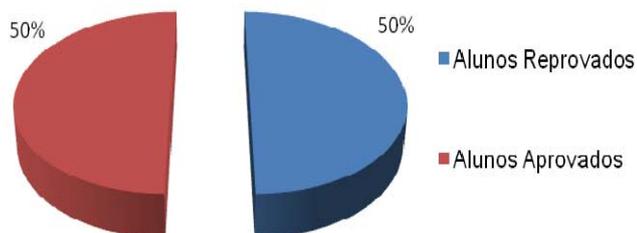
Considerando que para exercer a função de estudantes, o indivíduo necessita de condições psicológicas e físicas mínimas, a estrutura da escola contribui muito para que os estudantes possam desenvolver as atividades. A condição social do estudante reflete à escola afetando o seu rendimento e comprometendo a aprendizagem, e provocando, em muitos casos, a repetência. Valverde (2005, p.30) define essa “repetência” como o “fracasso escolar”, sendo algo externo ao ambiente escolar e inerente ao estudante.



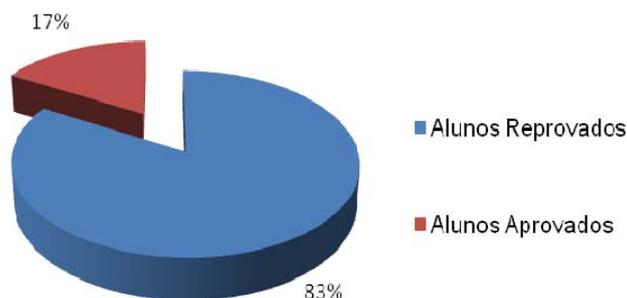
A educação, assim como todas as áreas sociais, vem sendo “medicalizada” em grande velocidade, destacando-se o fracasso escolar e seu reverso, aprendizagem, como objetos essenciais desse processo. As aprendizagens e não aprendizagens muitas vezes são relatadas como algo individual, inerente ao aluno, um elemento que transcende, ao qual o professor não tem acesso, portanto, também não tem responsabilidade. Inúmeras vezes o diagnóstico é centrado no aluno, chegando no máximo até sua família, a instituição escolar, a política educacional raramente são questionadas no cotidiano da escola. Aparentemente, o processo ensino-aprendizagem iria muito bem, não fossem os problemas existentes que nos aprendem.

As turmas analisadas apresentam níveis de repetência diferenciados. O que leva esses estudantes a adentrarem nos índices de reprovação? Por que esses índices tendem a aumentar gradativamente? Quais são as alternativas que o professor pode fazer para atenuar casos como estes?

ÍNDICE DE REPROVAÇÃO DOS ALUNOS DA 5ª E 6ª SÉRIE



ÍNDICE DE REPROVAÇÃO DOS ALUNOS DA 7ª E 8ª SÉRIE



3. O ENSINO DE GEOGRAFIA NO EJA

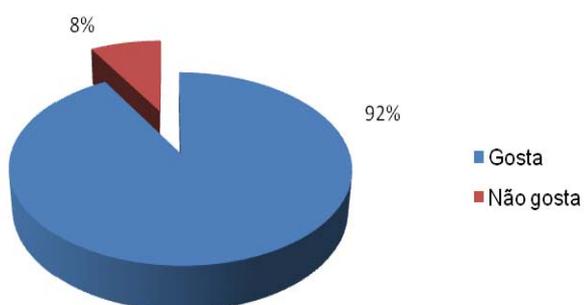
A Geografia, como todas as outras ciências, contribui como papel fundamental na formação social do cidadão. É ela que desperta o desenvolvimento e concepções críticas do indivíduo, porém é vista como uma disciplina decorativa e enciclopédica. O primeiro parágrafo do artigo 26 da LDB aponta as disciplinas que precisam conter no currículo do ensino fundamental e médio:

Os currículos a que se refere o *caput* devem abranger, obrigatoriamente, o estudo da língua portuguesa e da matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil (ARTIGO 26).

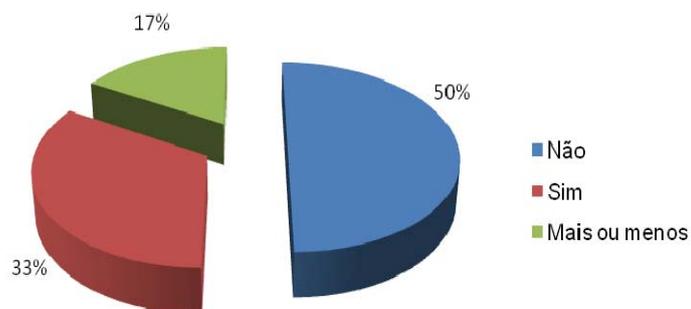
Deste modo, a Geografia é a ciência responsável pelo conhecimento e entendimento das relações entre o mundo físico, natural e da realidade social e política, onde subdividem em geografia humana e física.

Nas escolas observadas os estudantes descreveram a disciplina de

PREFERÊNCIA DA DISCIPLINA GEOGRAFIA PELOS ALUNOS DA 5ª E 6ª SÉRIE



PREFERÊNCIA DA DISCIPLINA GEOGRAFIA PELOS ALUNOS DA 7ª E 8ª SÉRIE



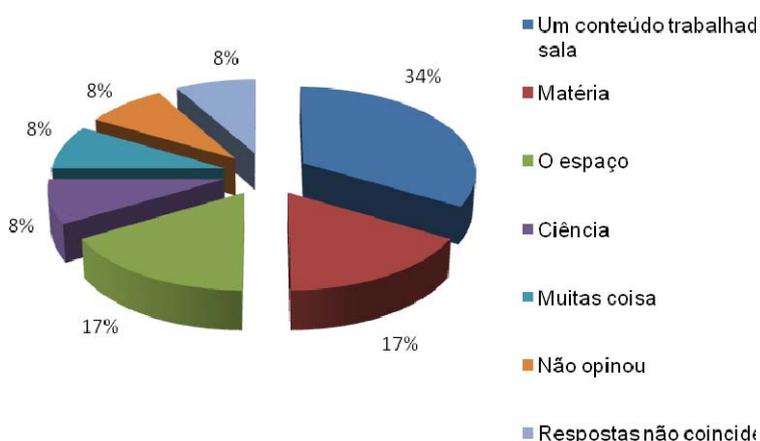
Geografia como uma disciplina decorativa, sem atrativos e sem importância no cotidiano. Observou-se também um desestímulo por parte de um dos professores, pois a sala de aula da EJA possui estudantes de diversas faixas etárias e com interesses diferentes o que torna o trabalho do professor mais complexo para lidar com tal situação. Segundo Arelaro e Kruppa (2007, p.101):

Os grupos formados nas salas de EJA se mesclam em diferenças de idade e de interesse. É preciso compreender as dinâmicas dessas heterogeneidades, fator importante para a efetiva dimensão política dessa educação. Visões simplistas, ligadas a uma dimensão “disciplinar” ou “etapistas” do desenvolvimento humano, tem proposto a formação de classes de EJA por grupos homogêneos de idade, posição esta pedagógica e culturalmente questionável.

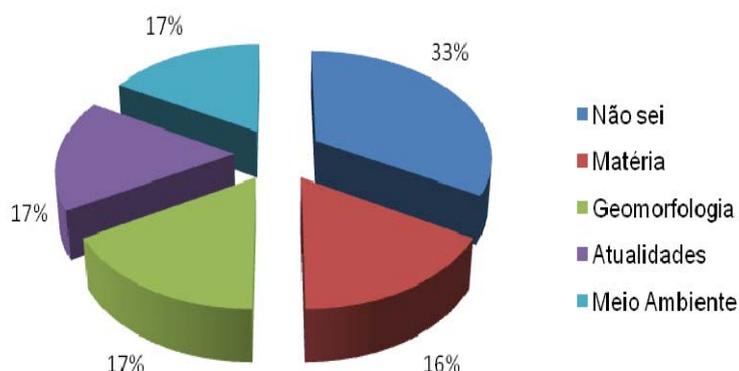
Considerando essa heterogeneidade dentro da sala de aula, a Geografia adquire significados diferenciados e, por vezes, inadequados em uma perspectiva científica. Até que ponto o processo de ensino-aprendizagem desenvolvido em sala de aula está sendo bom a ponto dos estudantes adquirirem uma concepção crítica-científica do significado da Geografia?

Percebe-se que os estudantes possuem uma concepção do significado da ciência Geografia totalmente errônea. Suas respostas não condizem com o real significado como exposto no início deste trabalho. Observa-se também que, além de não saberem o significado, as respostas eram dispersas onde a interpretação do investigador foi fundamental na tabulação dos dados.

O QUE SIGNIFICA GEOGRAFIA PARA OS ALUNOS DE 5ª E 6ª SÉRIE



O QUE SIGNIFICA GEOGRAFIA PARA OS ALUNOS DA 7ª E 8ª SÉRIE



4. FORMAÇÃO DOS PROFESSORES

A formação dos professores da educação brasileira vem passando por momentos críticos, merecendo atenção especial para esse profissional. Vários fatores podem ser elencados: salários baixos, precariedade em infra-estrutura no ambiente de trabalho, o respeito do estudante para com o profissional e o seu reconhecimento na sociedade. Segundo Saviani (2009, p.153):

[...] a questão da formação de professores não pode ser dissociada do problema das condições de trabalho que envolve a carreira docente, em cujo âmbito devem ser equacionadas as questões do salário e da jornada de trabalho. Com efeito, as condições precárias de trabalho não apenas neutralizam a ação dos professores, mesmo que fossem bem formados. Tais condições dificultam também uma boa formação, pois operam como fator de desestímulo à procura pelos cursos de formação docente e à dedicação aos estudos.

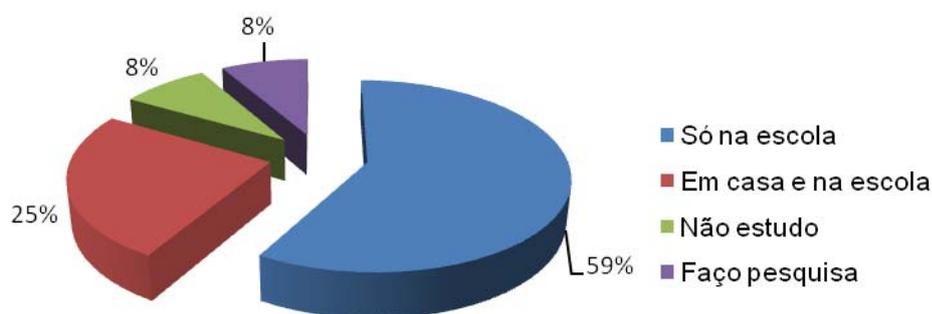
Os professores observados não apresentam a graduação em licenciatura em Geografia, porém um dos professores analisados possui especialização em tal área. Percebe-se também a falta de estrutura a qual os profissionais são submetidos em sala de aula para o desenvolvimento do seu trabalho, o que reflete diretamente no desempenho dos estudantes.

A Geografia, dentro de um cenário educacional que se encontra desvalorizado, está sendo submetida em posição de inferioridade perante algumas ciências do currículo da educação formal (Língua Portuguesa e Matemática). Segundo Brabant (2005, p.20 e 21):

Se o mal-estar da geografia escolar aparece como ligado de uma maneira constitutiva ao próprio discurso geográfico, ele hoje desemboca, no entanto, em uma situação de crise espetacular. O principal sintoma dessa crise foi à tentativa de retirada da geografia da escola. Fatores novos contribuem para isso. Todos os professores acusam a concorrência desleal dos meios de comunicação. Estes utilizam o que se pode chamar de uma geografia-espetáculo que tende a relegar a geografia escolar ao mundo da pré-história... A geografia torna-se a vítima de um duplo processo de crise ligada ao seu conteúdo e ao seu lugar na instituição escolar em via de reestruturação.

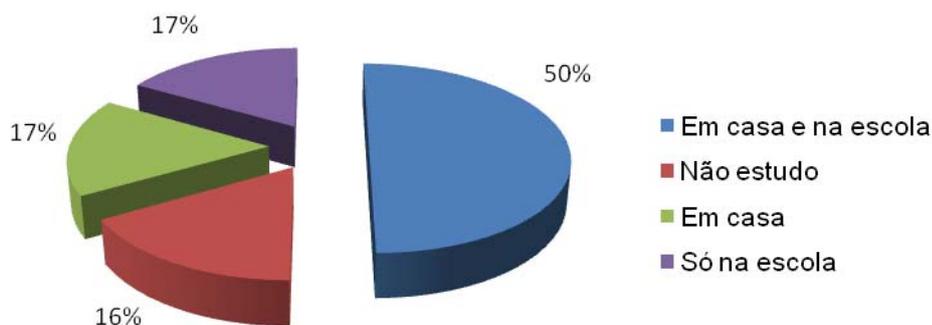
Essa condição de inferioridade é expressa para os estudantes, onde muitos acabam dando maior importância e prioridade às disciplinas elitizadas, deixando a mercê os demais componentes curriculares. A forma com a qual os mesmos se dedicam ao estudo da Geografia também fica comprometida.

MANEIRA COMO OS ALUNOS DA 5ª E 6ª SÉRIE ESTUDAM GEOGRAFIA



Diante dos resultados do gráfico acima, a maioria dos estudantes pelo fato de exercerem atividades remuneradas torna-se difícil reservar um horário para se dedicar aos estudos, fazendo o mesmo apenas no tempo de aula. Outros por vezes, conseguem uma dualidade no tempo e local dos estudos e têm aqueles que também não praticam o ato do estudo.

MANEIRA COMO OS ALUNOS DA 7ª E 8ª ESTUDAM GEOGRAFIA

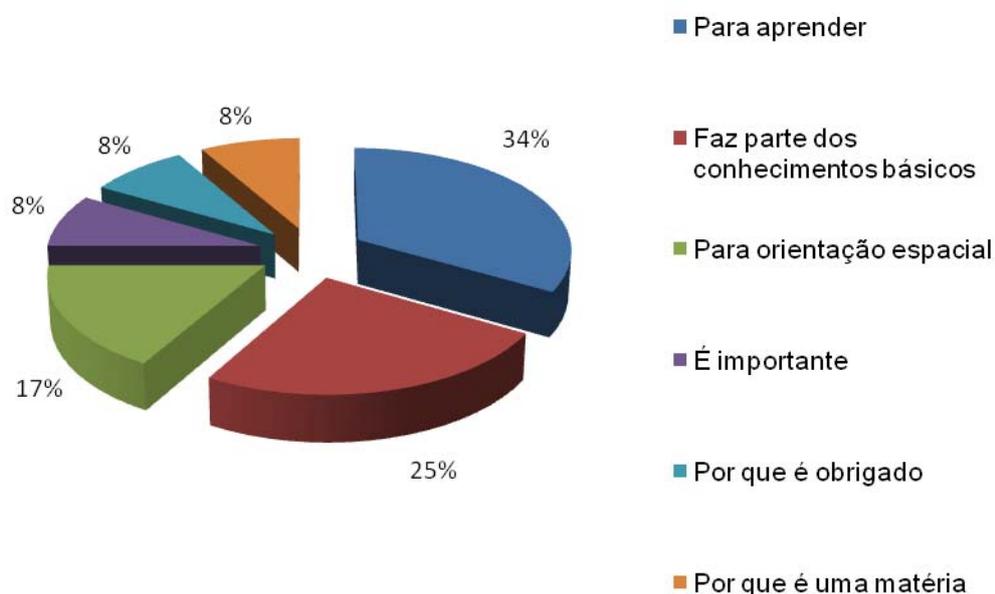


Diferentemente da turma anterior, os estudantes possuem mais tempo para os estudos, pois os mesmos não trabalham e desenvolvem o estudo em casa- como diagnosticado acima, os poucos que trabalham estudam somente na escola. Como no gráfico anterior foram detectados estudantes que não

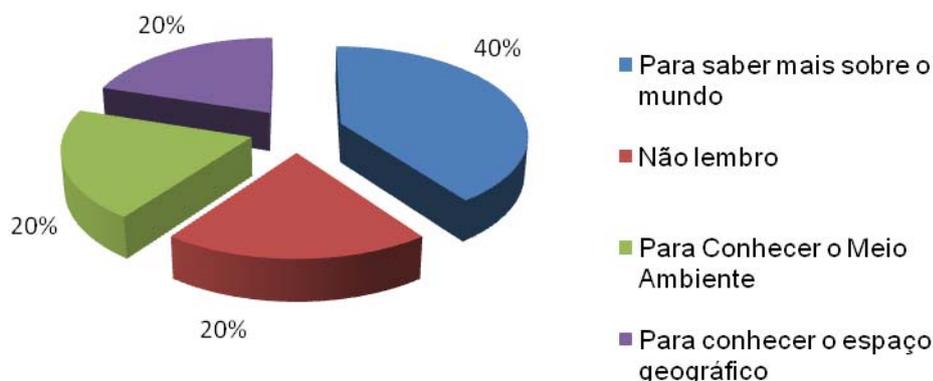
estudam. Algumas questões podem ser levantadas: Por que estudantes não estudam para as aulas de Geografia? Será porque eles não gostam ou o problema está no modo com o qual lhes são passada a disciplina?

Nas observações aos gráficos abaixo são nítidos a falta de interesse por parte de alguns referentes à Geografia como uma disciplina importante para sua formação, onde seu conceito e objeto se confundem. A importância da Geografia se confunde muitas vezes a questões específicas a um tema tratado em sala de aula.

MOTIVOS QUE LEVAM A ESTUDAR GEOGRAFIA PARA OS ALUNOS DA 5ª E 6ª SÉRIE



MOTIVOS QUE LEVAM A ESTUDAR GEOGRAFIA PARA OS ALUNOS DA 7ª E 8ª SÉRIE



Considerando as respostas expressas nos gráficos e as análises dos mesmos, percebe-se que eles não conseguiam se expressar de forma compreensiva o porquê de se estudar Geografia. Muitos a confundiam com questões ambientais, outros a definia como o espaço em si e meio de localizações, além de definições “pobres”.

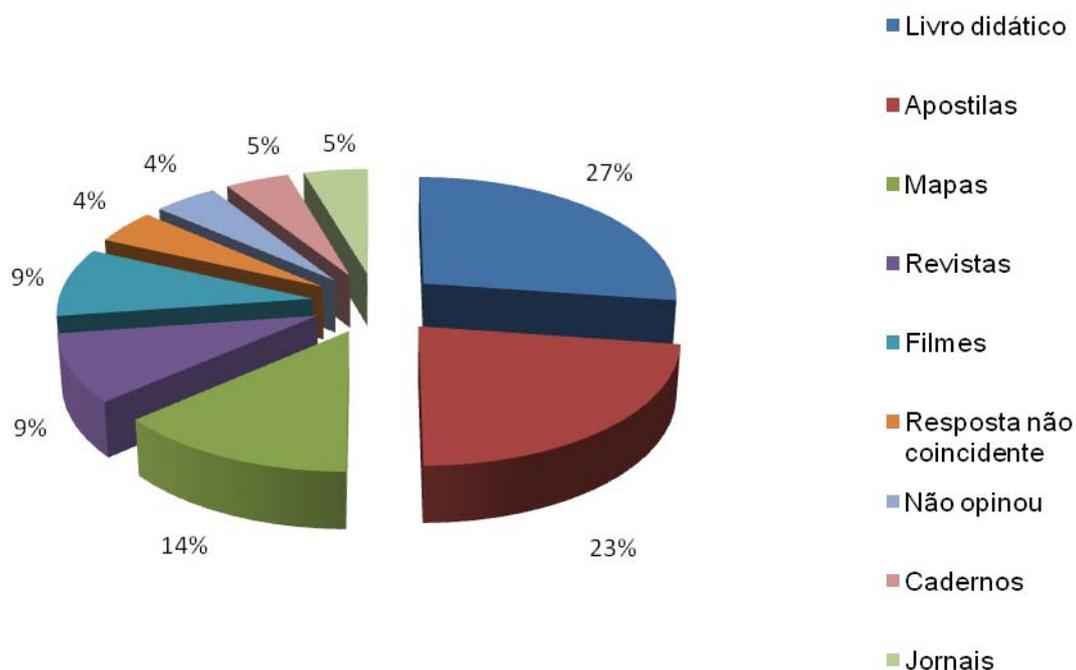
Os estudantes da educação formal para o Estado adquirem valores econômicos distintos a depender da localização da escola (campo ou cidade) e a modalidades em que estes se encontram. Os estudantes da EJA da cidade, por exemplo, recebem valores de recursos por parte do governo diferentes dos demais considerados com idade regular no ensino. Isso se torna uma condicionante na falta de recursos repassados às instituições, refletindo na precariedade do ensino. Segundo Arelaro e Kruppa (2007, p.100):

[...] a Lei federal nº 11.494, de 20 de junho de 2007, que regulamentou o Fundeb, estabeleceu para os primeiros anos de vigência do fundo a ponderação de 0,70 (setenta centésimos) para a EJA com avaliação no processo, abaixo, portanto, da ponderação de 1,00 (um inteiro) adotada para os anos iniciais do ensino fundamental regular urbano. O valor aluno/ano da EJA, em 2007, corresponderia a R\$ 662,40 “contra” R\$ 946,29 do aluno do ensino fundamental e R\$ 1.135,55 do ensino médio, neste último caso, integrado ou não à educação profissional. A discriminação oficial à EJA permanece.

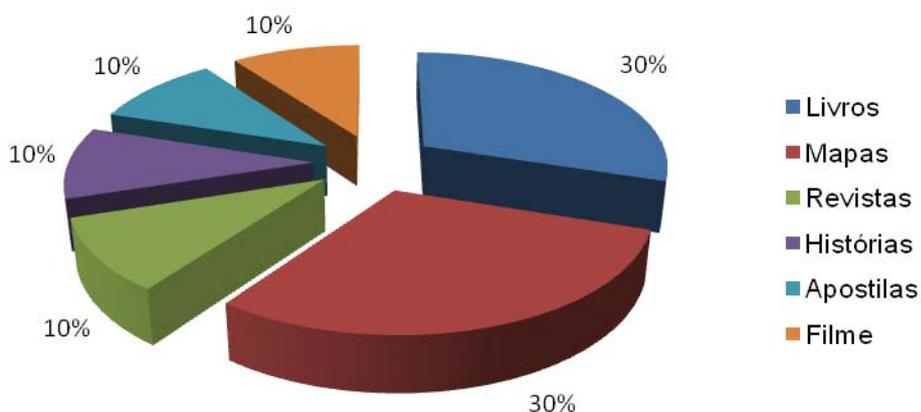
Os recursos utilizados nas escolas são limitados, a disponibilidade de material é baixa e o professor, freqüentemente, desenvolve atividades estratégicas e utiliza de sua astúcia para que a aula decorra. A problemática

vivenciada pela EJA nas escolas observadas é a escassez de livros adequados para a realidade do público alvo, o que leva o docente buscar materiais fora da escola com recursos próprios.

INSTRUMENTOS DIDÁTICOS UTILIZADOS NAS AULAS NA TURMA DE 5ª E 6ª SÉRIE



INSTRUMENTOS DIDÁTICOS UTILIZADOS NAS AULAS NA TURMA DE 7ª E 8ª SÉRIE



Considerando a ausência de materiais bem como a sustentação de uma biblioteca específica para essa modalidade, laboratórios de informática e

outros investimentos para a EJA juntamente com os recursos repassados para a instância estadual e municipal, por que há esse desfalque no ensino? Por que há limitações de recursos para o professor realizar o seu trabalho de maneira satisfatória?

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ensino público brasileiro sofre defasagem na sua estrutura devido aos processos sociais que ocorreram no país. A elitização da educação brasileira atrasou a evolução da sociedade, pois essa tinha como principal objetivo atribuir às necessidades do mercado, comprometendo a qualidade do ensino prestado.

Com isso, leva-se em consideração a falta de políticas públicas voltadas ao melhoramento da educação. Além disso, a formação política dos professores são importantes e influentes se usada com sabedoria .

As escolas observadas possuem estruturas físicas impróprias para se desenvolver um trabalho adequado principalmente para o público observado. A precariedade dos materiais contribui para o não melhoramento no processo de ensino-aprendizagem dos jovens e adultos que optam por estudar no período noturno devido o seu cotidiano não permitir. Ao chegar à escola, cansados, fadados e estressados, esperam um dia de aprendizado maior, porém o ambiente não propicia.

Os materiais utilizados pelos professores, na sua maioria, são adquiridos com recursos próprios não havendo uma parceria da própria escola, muito menos pelos órgãos competentes. Os poucos livros atribuídos para as escolas não suprem às necessidades de aprendizagem ao público adulto, o que desestimula a permanência do estudante em sala de aula.

Os estudantes não desenvolvem as atividades propostas pelos professores o que desestimula o trabalho do profissional que tenta encontrar métodos e materiais que venham chamar sua atenção. Muitas vezes essa tentativa não obtém bons resultados, pois o professor não é reconhecido pelo seu esforço perante a escola e a sociedade.

A educação pelo governo e pela sociedade como um todo como meio de resolver os problemas sociais desenvolvidos ao longo do tempo, porém a educação necessita de recursos que são limitados pelo próprio Estado, impossibilitando um trabalho significativo no desenvolvimento do estudante como cidadão. A escola, por sua vez, necessita de uma reforma estrutural e organizacional para que a educação atinja os objetivos propostos na Constituição Federal de 1988 e na LDB/1996, transformando a realidade do país.

A modalidade de EJA necessita de atenção especial do Estado, de modo que melhorem as condições de infra-estrutura que são oferecidas a estes estudantes, bem como, a formação continuada dos professores para que os mesmos possam melhorar a cada dia. Conseqüentemente os estudantes podem construir sentimentos de pertencimentos e, desse modo, permanecer na escola.

REFERÊNCIAS

BRABANT, J. M. Crise da geografia, crise da escola. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. (org.). **Para onde vai o ensino de geografia?** São Paulo. Editora: Contexto, 2005, p.28.

FERNANDES, Priscila Valverde. **Fracasso escolar: realidade ou reprodução?** Disponível em: www.uem.br/~uratagua/006/06fernandes.htm. Acesso em 20/01/2011.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia pequena história crítica.** São Paulo. Editora: Annablume, 2007. 21. ed.

MOREIRA, Ruy. **O que é geografia.** São Paulo. Editora Brasiliense, 2007. 9.reimpr.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A situação e tendências da geografia. In: OLIVEIRA, A. U. de. (org.). **Para onde vai o ensino de geografia?** São Paulo. Editora: Contexto, 2005, p.28.

OLIVEIRA, Ramualdo Portela de. Adrião Teresa. Educação de Jovens e Adultos. **Organização do Ensino no Brasil.** 2. ed. rev. Anp. São Paulo: Xamã, 2007.

PENIN, Sonia T. Souza; VIEIRA, Sofia Lerche. Refletindo sobre a função social da escola. In: VIEIRA, Sofia Lerche (org.). **Gestão da Escola.** Desafios a enfrentar. Rio de Janeiro. Editora: DP&A, 2002.

SAVIANI, Dermeval. **Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro**. Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. Revista Brasileira de Educação. v.14. n.40. Jan./abr.2009.

VESENTINI, José William. Geografia crítica e ensino. In: OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de (org.). **Para onde vai o ensino de geografia?** São Paulo. Editora: Contexto, 2005, p.30.